

# O ACRE QUE SONHAMOS JUNTOS

DIRETRIZES PARA UM ACRE PRÓSPERO, JUSTO E SUSTENTÁVEL



2019 – 2022

GOVERNADORA

Janaína  
18

vice: JÚLIO CÉSAR


# O MELHOR DO ACRE É O SEU POVO

Somos uma terra plural, rica em biodiversidade, formada socioculturalmente por diferentes atores sociais, do campo, da cidade, de todas as regiões do Brasil, bem como de outros lugares do mundo. O Acre nasceu no início da República. Enquanto muitos estados lutaram para se desligar do Brasil, nós lutamos para ser brasileiro de fato e de direito.

O processo de ocupação territorial do Acre se deu via rios, mesmo com tamanha dificuldade de acesso, chegaram aqui quatro etnias. Foi da mistura dos quatro povos: negros, sírios libaneses, europeus e nordestinos, em sua grande maioria, que nos deu a raça da vontade de lutar, para ser estado da confederação, para ser independente economicamente, para procurar ser feliz. Desde então não deixamos de lutar.


Por décadas tivemos governantes sem compromisso com o bem estar social, que nos deixam em estado de total dependência econômica do governo federal, gerando a miséria, a violência, o desemprego e sugando nossas esperanças, bem como destruindo nossos sonhos.

Mas não é assim que se vence um povo guerreiro. Um povo que por várias vezes foi capaz de



mudar, de se reinventar. E é diante das dificuldades que cresce o nosso desejo de combater o bom combate, de levantar a cada queda, de fazer da fraqueza a nossa força para mudar e continuar na luta!

Sim continuamos lutando. Seja pela educação de qualidade a todos, seja pela saúde digna ao alcance dos mais humildes ou por uma vida plena com segurança garantida e consequentemente a paz que vem da certeza de que tudo irá ficar bem. Para continuarmos acreditando que vale a pena ser honesto, que vale a pena trabalhar e que vale a pena lutar! Pois, para o povo acreano, cada ferida é uma lição, e cada lição nos torna melhores.







# SUMÁRIO

O MELHOR DO ACRE É O SEU POVO	5
INTRODUÇÃO	9
SOU JANAÍNA FURTADO,	15
SOU JÚLIO CESAR,	17
GESTÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO	21
DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	27
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA E COM INTELIGÊNCIA	39
INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	45
SAÚDE PÚBLICA E BEM ESTAR	49
EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	53
LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER	62



# INTRODUÇÃO

No Acre vivemos há muito uma estagnação nos planos econômico e social, o que conduziu a uma profunda crise na segurança pública e um severo desânimo na nossa gente.

NÃO DÁ MAIS. Chegou o momento de mudar. O Acre e seu povo não merecem e não podem continuar sendo subjugados econômica e socialmente, em decorrência de governos que ao longo das últimas décadas não conseguiram implementar políticas públicas elementares.

Construir um estado justo, seguro, democrático e próspero exige esforço, espírito republicano e respeito aos princípios e às leis do nosso país. Ter disposição e coragem para entrar no campo de batalha é o primeiro passo. Por isso a Rede Sustentabilidade do Acre colocou os nomes de **Janaína Furtado e Júlio César Freitas** à disposição, pois acreditamos que chegou o momento de homens e mulheres de bem se unirem para fazer as transformações que o Acre tanto precisa.

As sociedades acreanas e brasileiras agora são chamadas a encarar e resolver de forma mais abrangente e definitiva problemas estruturais que afetam seu desenvolvimento e desanimam cidadãos e cidadãs, que passam necessariamente pela

escolha de novos governantes e representantes da sociedade em geral.

O presente Plano de governo tem por objetivo fazer renascer a esperança em um tempo tão sombrio. Não é um programa de promessas fáceis para enganar os eleitores acreanos. Ele é um convite que desafia as pessoas, enquanto agentes de transformação social, a compreenderem de maneira mais ampla os principais problemas que nos afligem, mas também para oferecer novos caminhos e uma nova forma de caminhar.

Na verdade, para o Acre chegou o momento em que não se pode mais protelar, é urgente a necessidade de resolver os problemas crônicos, quais sejam:

- A ineficiência e ineficácia dos planos governamentais, prejudicando sobremaneira a aplicação dos recursos advindos dos tributos arrecadados;
- A ausência de inovação na produção e nas políticas, acompanhando com décadas de atraso, mesmo em avanços já disseminados no âmbito nacional e internacional;
- A desvalorização do capital humano, precarização das ações educacionais e dos serviços públicos em geral;
- A forte dependência do Estado no financiamento e execução das demandas sociais,



retirando sua capacidade de execução e gerando riscos à moralidade pública em função da forte concentração das riquezas da sociedade em suas mãos; e,

- A insignificante inserção da economia no mercado externo (nacional e internacional), implicando em pouca agregação de valor de seus produtos.

Este cenário foi recentemente comprovado por uma ferramenta de avaliação da eficiência dos estados, lançado por um importante jornal de circulação nacional – a Folha de São Paulo – que coloca o atual governo do Acre na antepenúltima posição da eficiência na gestão pública.

Não se resolvem todos os problemas num “passe de mágica”, mas é possível resolvê-los com estratégia, ousadia e responsabilidade, notadamente na execução de projetos estruturantes que:

- Produzam sinergias e eficiência sistêmica nas iniciativas dos diversos agentes públicos e privados;
- Agreguem valor à produção acreana, e busquem a industrialização a partir dos potenciais produtivos; insiram nossa economia de forma vantajosa em cadeias globais de valor; retirem a população da pobreza;
- Incentivem à inovação e a implantação de processos de transformação tecnológica e

de organização produtiva; e,

- Assegurem o uso racional dos recursos naturais.

As ações realizadas pelo governo não surtiram o efeito desejado para o desenvolvimento do Acre, notadamente por serem as mesmas desarticuladas e sem o efeito transformador. Contribuem para este cenário:

- A deficiência infra estrutural;
- Os poucos recursos alocados para investimentos em inovação, ciência e tecnologia;
- A continuidade da economia estadual baseada essencialmente no serviço público (economia do contracheque);
- O baixo valor agregado da produção;
- As dificuldades para atrair investimentos.

Neste contexto, Janaína e Júlio César apresentam a sociedade o seu Plano de Governo com propostas baseadas no uso de nossos potenciais humanos e naturais para a necessária e esperada transformação do Acre, reunidas em 6 eixos de atuação:

- **Gestão Pública, Transparência e Combate à Corrupção**
- **Desenvolvimento e Geração de Trabalho e**

## **Renda**

- **Segurança Pública Integrada e Inteligência**
- **Inovação, Ciência e Tecnologia**
- **Saúde Pública e Bem Estar**
- **Educação, Políticas Afirmativas e Sustentabilidade**

O presente documento não tem a pretensão de ser exaustivo e apontar soluções fáceis para problemas graves, sistêmicos e que demandam vários níveis de estudos e ações integradas com o conjunto da sociedade, e estará sempre aberto as sugestões.







# SOU JANAÍNA FURTADO,

Sou jovem, mãe, esposa , dona de casa, professora, vereadora da minha querida Tarauacá.

Sempre estudei em escola pública, saí da zona rural aos 14 anos, determinada a me tornar professora.

Tive a oportunidade de me formar, juntamente com a minha mãe que foi inclusive a minha primeira professora.

Quero que a minha participação na politica, sirva de exemplo e que a mulher entenda que é possível concorrer e ter sucesso.

Eu assumi o meu próprio empoderamento. Fui além dos discursos.


Sim! Sou eu mesma, a primeira mulher, na história acreana, a concorrer ao mais alto cargo do executivo estadual, eu venho é de Tarauacá, é isso, do interior, das barrancas do Rio Muru.






# SOU JÚLIO CESAR,

Brasileiro, 38 anos, natural de Campina Grande-PB, casado, pais de um casal de filhos. Chegou ao Acre há mais de uma década. Filho de um professor e um dona de casa. Aqui formou família e fixou sua residência. Morou em Xapuri e hoje mora em Rio Branco. Muito cedo, já na infância e na adolescência, teve que assumir responsabilidades de adulto. Trabalhou em várias atividades informais, incluindo trabalhos na zona rural, para auxiliar seus pais na criação dos seus dois irmãos. Morou com seus pais e irmão na zona rural e na periferia de várias cidades. Com muito esforço, estudando a grande parte da sua vida na escola pública, concluiu o ensino médio. Em seguida, entrou para faculdade e formou-se em direito. Fez pós graduação em direito processual civil e faz especialização em administração pública. É Servidor do Poder Judiciário Acreano (Analista Judiciário), desde de 2008. Indignado com a nossa política, como a maioria dos brasileiros, resolveu iniciar sua militância, assumindo seu protagonismo para melhorar a qualidade da política no nosso estado. Filiou-se à Rede em 2015 e passou a auxiliar no processo de renovação, incentivando o engajamento de pessoas comuns, que não pertençam a nenhuma oligarquia política ou grupo empresarial, a assumirem seu ativismo e a contribuírem com o reencontro



da atuação política com sua verdadeira essência de servir, ser útil, auxiliar e zelar pelo bem comum. Seus compromissos são: com os princípios do estado democrático de direito; com a justiça e a igualdade; com o combate incansável contra a corrupção; e com administração pública eficiente, de qualidade e transparente.



**NÃO DÁ  
MAIS  
PARA QUERER  
MUDAR E  
NÃO  
MUDAR**



**NÃO É  
A GENTE  
QUE TEM  
UMA  
CAUSA,  
*ELA É QUEM  
TEM  
A GENTE***

# GESTÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

No Acre a crise na gestão pública, nos tornou uns dos estados mais ineficientes do Brasil, estando na 24ª colocação, conforme apontado pelo relatório de Ranking de Eficiência dos Estados – instrumento de avaliação elaborado e publicado em 20 de agosto último pelo jornal Folha de São Paulo.

Essa ineficiência decorre da estrutura ineficiente e descomprometida com o interesse público, da falta de planejamento e monitoramento das decisões de governo e da desarticulação entre os diferentes órgãos e da apropriação de parcela do próprio estado por grupo político dominante. Práticas estas que conduziram a uma severa precarização dos serviços públicos essenciais: saúde, segurança pública, infraestrutura entre outras.

A sociedade acreana tem buscado interagir com as esferas de poder, tem apresentado de forma contundente suas necessidades. Essa movimentação tem deixado exposta a incapacidade do governo em dar respostas rápidas às demandas, e este é o grande desafio.

A gestão pública moderna exige aplicação de conceitos de governança pública de alta intensidade que se baseiam em técnica, eficiência, transparência e controle (combate à corrupção). Um

governo precisa articular suas ações sempre objetivando construir um estado justo e útil à vida das pessoas.

Do ponto de vista fiscal, um governo deve ter como meta sempre buscar equilíbrio e a responsabilidade fiscal, ampliando sempre a arrecadação por meio de incentivos a sistemas produtivos locais, combatendo ineficiências por meio da aplicação racional dos recursos públicos e evitando danos ao erário. O Estado encontra-se hoje uma situação fiscal frágil, com alto risco de dificuldades financeiras a curto prazo.

Manter um aparato estatal grande, além de afetar o equilíbrio fiscal, não tem relação de proporcionalidade com boa oferta dos serviços públicos. Encaminhar uma reforma administrativa capaz de racionalizar a estrutura dos órgãos estaduais, para tornar a máquina mais eficiente e menos burocrática é de extrema importância.

No que se refere a transparência no âmbito da governança pública, constitui-se em mecanismo da maior importância para apurar resultados e identificar ineficiências e desvios ilícitos. Fortalecer os órgãos de controle é essencial para coibir práticas ímprobas e crimes contra a administração. Dar publicidade e transparência total a todos os atos, fatos, contratos, parcerias, concessões e permissões de serviços de terceiros, por meio dos canais de comunicação e órgãos afins, é uma medida imperativa.



Fixar critérios para escolha de pessoas para ocupar os altos cargos da gestão pública, que preencham sempre os requisitos de capacidade técnica e probidade é, sem dúvida, uma medida que atende aos princípios da eficiência e da moralidade na administração pública.

Fortalecer instrumentos de controle que permitam ao Poder Público enfrentar os casos de desvios e ilícitos penais e administrativos. A contratação via concursos públicos aliada à qualificação técnica dos agentes públicos, desburocratização, implementação de boas práticas e mudanças de em procedimentos administrativos, monitoramento de resultados, fazendo mais com menor custo (econômico, temporal), são medidas que aumentam a eficiência, eficácia e efetividade na Gestão Pública.

Neste contexto, o compromisso é o de redesenhar o modelo de gestão administrativa, buscando a eficiência da execução das políticas públicas para que reflitam na melhoria constante da qualidade de vida do povo acreano.

As ações serão pautadas sempre nos princípios da gestão pública e articulação com a sociedade, com planejamento e integração.

### **Propostas para a Gestão Pública, a Transparência e o Combate à Corrupção:**

- Contratação de empresa de auditoria independente, como reconhecimento nacional e

internacional, para auditar as contas públicas do Estado, incluindo o déficit da previdência, fazendo os apontamentos das possíveis soluções que possam melhorar a eficiência da administração pública estadual;

- Municipalização isonômica das ações governamentais. Estabelecer o Governo da Unidade, onde as ações do governo serão planejadas e realizadas de forma integradas e coordenadas com cada um dos 22 municípios, com a participação efetiva dos prefeitos na elaboração e execução das ações, descentralizando, assim, amplamente as estruturas e o poder de decisão dentro do aparelho administrativo do Estado, e reforçar a descentralização das políticas públicas mediante parcerias com municípios;
- Redução do tamanho do aparato estatal, com a integração de secretarias, fundações e autarquias e redução substancial de cargos de nomeação política (comissionados);
- Extinção do cargo de secretário adjunto em todas as secretarias para gerar economia - na ausência do titular um interino poderá ser nomeado;
- Democratização do processo para que possibilite a transparência da gestão e a participação da sociedade nas decisões tomadas e na definição de prioridades;

- Incentivo a participação da sociedade no estabelecimento das prioridades, na elaboração e execução das políticas;
- Fomento as atividades de pesquisas e estudos para levantamento dos indicadores econômicos, sociais e ambientais que norteiam as ações de governo;
- Realização de gestão transparente, eficiente e integrada com a utilização de boas práticas em governança pública, especialmente para garantir monitoramento das metas prioritárias;
- Aplicação dos recursos públicos em resultados claramente definidos tornando-os públicos;
- Realização de efetiva programação financeira do Tesouro Estadual com o órgão de gestão de compras para definir já nos editais de aquisição de bens e de contratação de serviços os prazos de pagamento das obrigações contratadas, cumprindo rigorosamente os prazos, para gerar confiança e credibilidade junto aos fornecedores;
- Valorização do servidor, com gestão baseada na meritocracia;
- Fortalecimento dos órgãos de controle interno do Estado com recursos e estratégias, para potencializar ações de prevenção da

- corrupção e do desperdício dos recursos públicos.

# DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O Plano de Governo propõe o desenvolvimento para o Estado do Acre baseado nos princípios fundamentais da Sustentabilidade Regional dos acordos das Nações Unidas para um Estado da Federação Brasileira localizado na Amazônia, considerada na atualidade a região mais importante no mundo, seja pelos recursos naturais que abriga, seja pela importância natural sobre o clima do Planeta, os estoques de água doce, da localização estratégica na América Latina, bem como, do conhecimento tradicional e dos costumes do Homem das Florestas.

*Basicamente o Desenvolvimento de uma região é composto pelo Crescimento Econômico e pelo Desenvolvimento Econômico. O primeiro indica os valores e índices do comportamento da economia e da geração de riqueza. O segundo conceito representa o Bem Estar da população envolvida na região. Assim, se o crescimento econômico é deficitário, o bem estar do seu povo também acompanhará essa tendência de retrocesso econômico.*

*Aristóteles ensinava que existem dois caminhos para medir a riqueza das nações:*



1. *Baseado no aumento da riqueza com base nos valores de troca, denominado por Aristóteles de Crematística, vigente nos dias de hoje, o qual não considera a natureza no seu cálculo;*
2. *A gestão dos recursos aplicada sob uma perspectiva física que destine seus resultados atendendo o seu valor vital com a utilidade concreta. O enfoque não é considerado pelos economistas clássicos e neoclássicos (marginalistas).*

Assim, existe a necessidade de aplicar políticas públicas nos estados amazônicos que preservem e conservem os estoques naturais e o crescimento econômico visando o bem-estar da sua população através do desenvolvimento econômico.

No Acre, nas últimas duas décadas, vivenciamos uma política econômica e de administração dos recursos naturais de tal forma que o ser humano, o Homem das Florestas, ficou em segundo lugar perante a preservação das Florestas em Pé. A população rural ficou sem o apoio governamental estadual e federal necessário para garantir sua sobrevivência básica. Ramais em péssimo estado que não permitem o escoamento da produção de pequenos produtores. Existe um único ramal que pode ser transitado em inverno e verão: o ramal do Ouro no município de Sena Madureira, construído para escoar a madeira retirada da Floresta Estadual do Antimary com anuência e apoio do Governo

do Estado do Acre desde 2006.

Um outro grande problema enfrentado é a assistência técnica rural insatisfatória para garantir a produção rural, a que quando é realizada não acompanha modelos científicos necessários para efetuar o casamento entre a produção rural e a tecnologia. Nesse modelo, observa-se um distanciamento da Administração Estadual com as instituições de pesquisa, como a Universidade Federal do Acre e a EMBRAPA. Nas últimas duas décadas foi dada ênfase a produção de carne bovina de forma extensiva utilizando grandes áreas de terra desmatadas de forma grosseira eliminando a biodiversidade causando com isso perdas irre recuperáveis.

Os últimos 4 governos estaduais tentaram incansavelmente impor um modelo econômico onde o Estado cumpre a função prioritária da economia, ao contrário do que acontece no mundo, onde há 50 anos vem se praticando uma economia de mercado, na qual o Estado se restringe a uma participação de vigilância, no sentido de garantir o direito dos trabalhadores, dos empreendedores, da sociedade e da propriedade. Nesta tarefa, o Estado utilizou bilhões de reais em 20 anos investindo em empresas público-privadas denominadas de Cooperativas, as quais ferem enormemente o conceito do cooperativismo, presente na sociedade há séculos, pois, o Estado não deve fazer parte disso.

A inexperiência dos condutores do Governo somada ao amadorismo dos gestores fez com que o Acre caminhasse para uma dura realidade: o de-

semprego e a falta de oportunidades de geração de renda. Por um lado, a nomeação de DAS para gerir a máquina pública aumentou a despesa com salários que nos últimos anos tem ultrapassado os níveis legais de gastos com salários determinados pela Constituição Brasileira. Além disso, contamos hoje em dia, com mais de 121.000 trabalhadores desempregados com Carteira de Trabalho e sem vínculo laboral, segundo o Ministério do Trabalho em junho de 2018. A falta de emprego recai diretamente na rotatividade da economia local.

Um outro problema criado pelo amadorismo dos gestores dos últimos governos estaduais é a falta da consolidação dos elos das cadeias de valor dos produtos impulsionados pelas políticas públicas aplicadas no Acre.

A Florestania pregou inicialmente a fabricação de derivados dos produtos naturais, como artesanato de sementes, pisos de madeira, madeira tropical em toras, preservativos, produtos de seringa em geral batizando as chapas de borracha de Couro Vegetal, montou duas processadoras de castanha-do-brasil em Xapuri e em Brasiléia sem sucesso, bem como a incursão na produção de cana-de-açúcar. O manejo florestal madeireiro fracassou com o fechamento de mais de 300 serrarias de pequeno porte em 2004 e a quebra e fechamento na década de 2010, de mais de 20 grandes serrarias experientes algumas vindas do sul do País, e a produção de cana-de-açúcar. Ultimamente incursionou na aplicação de políticas públicas para criação de peixes, porco, galinha caipira e ovos, as quais estão

longe de atender os mercados, em qualidade, preço e produção constante.

O Acre continua dependente da produção de outros estados, não produz o suficiente para seu povo comer, não produz o suficiente para pagar seus gastos e depende economicamente do lucro de outros estados.

A proposta do agronegócio é uma realidade mundial e que envolve o Brasil onde tem uma forte importância no PIB e na geração de divisas (dólares) com as exportações. No Acre, as investidas do Governo Estadual se restringe aos 4 anos de gestão do Governo. Uma cadeia de valor produtiva não se cria, por tradição, nesse pequeno prazo. São necessários vários anos para uma cadeia produtiva atingir uma excelência capaz de oferecer um crescimento econômico que impulse o PIB regional e chegue ao mercado externo. O Acre detém uma excelente localização geográfica nesse sentido, próximo a 2.000 quilômetros dos mais importantes portos marítimos que unem a América com mercados externos de outros continentes.

Uma política mal aplicada na produção do agronegócio provocada pela falta de implantação das cadeias de valor provoca uma falha na infraestrutura demandada para consolidar as cadeias de valor dos produtos agrícolas e animais. Não é possível incentivar a plantação de milho, por exemplo, se não existe toda uma rede de armazenamento para suportar a produção e fábricas produtoras de derivados.

Todos esses agravantes recaem sobre a sustentabilidade do Estado do Acre e sobre o PIB. Sabemos que o Acre vive de “Repasses Financeiros” de origem federal. São três as variáveis da sustentabilidade, o aspecto social, ecológico e econômico. Não há como favorecer um e deixar outro desamparado, como acontece hoje em dia com o produtor rural acreano, o qual, é deixado de lado em detrimento da preservação das florestas.

Por outra parte, a política pública errada de impulsionar a produção de gado nas últimas décadas, já provocou a existência de uma grande quantidade de áreas degradadas, o que pressiona às florestas, pois, os pastos cansados após uma década, precisam de novas áreas para continuar com a produção extensiva. Isso afeta o volume do gás carbono na atmosfera, pois, o carbono orgânico retido na vegetação volta para a atmosfera aumentando o CO<sub>2</sub> e com isso provocando o aumento de temperatura do clima da Terra seguido da ocorrência de fenômenos climáticos atípicos conhecidos como mudanças climáticas, que destroem cidades e matam pessoas em todo o mundo.

Se faz necessário no Acre então, uma proposta capaz de aumentar o PIB e com isso gerar emprego de forma consciente, considerando os recursos naturais existentes em 82% do seu território e as prerrogativas das Nações Unidas em relação a manutenção dos estoques naturais e da água do Planeta, bem como a preservação do conhecimento tradicional do seu povo e dos seus costumes.



As Nações Unidas pregam o desenvolvimento sustentável considerando primeiramente o Homem e suas tradições, observando os estoques naturais e a importância do clima e da água doce para o planeta.

*Devemos aproveitar o que natureza nos oferece. Temos muitos desempregados e muitos na informalidade. Todo ano se formam milhares de alunos no ensino médio. Contamos com um clima favorável para o agronegócio, chuvas, calor e extensões de terra prontas para serem utilizadas. Um clima úmido em quase 80% do ano. Detemos profissionais muito bem capacitados pela UFAC, principalmente pela gestão do Professor Minoru. Contamos com a formação de técnicos formados pelo IFAC. Somos donos do tesouro da garra e a coragem do Povo Acreano, o qual, mais uma vez estará sendo chamado, agora para uma Revolução Verde, na qual, o Homem das Florestas, a Natureza e o Clima da Terra estarão sendo considerados na sua totalidade na busca incansável pela sustentabilidade ecológica, social e econômica.*

O resgate da dignidade humana no Acre está intimamente relacionada à carteira de trabalho assinada. O Emprego devolve a vontade de viver. O Emprego gera um aumento no volume da economia e com isso gera crescimento da riqueza e do PIB. O Emprego diminui a pressão sobre as despesas com a Segurança, pois, os jovens poderão buscar uma fonte limpa de recursos, sem ter que cair na marginalidade para obter dinheiro. O Emprego diminui a pressão nas despesas da saúde, pois, um

Povo bem alimentado adoece menos.

Dessa forma, o Plano de Governo está baseado no princípio fundamental e básico da nossa raça humana, que é a sobrevivência do ser humano, no nosso caso, das Florestas. Uma convivência em paz com a natureza e principalmente com Deus, o qual, em toda a sua obra nos orienta a cuidar do nosso Povo de forma a que todos tenhamos igualdade de oportunidades e de direito.

Além disso a REDE Sustentabilidade, defende como ação inovadora e sustentável para gerar emprego e renda, investir fortemente no mercado de inovação tecnológica. As novas modalidades de trabalho, por exigirem menos recursos tradicionais (matéria prima, área agricultável e capital financeiro, por exemplo), são ideias para desenvolver economias em crise.

### **Propostas para o Desenvolvimento e a Geração de Trabalho e Renda:**

- Enfrentamento dos problemas criados pela máquina pública nos últimos 20 anos com soluções que estejam em sintonia com o planejamento para o desenvolvimento do Brasil para 2050, considerando o povo como fator principal do eixo da sustentabilidade. *Estudos indicam que o Brasil nesse ano ocupará a sexta posição entre as maiores economias do Mundo;*
- Conversão das áreas degradadas pela cria-

ção bovina em áreas de produção agrícola e animal de confinamento. Se faz necessária a adoção de políticas públicas com recursos federais de longo prazo para estabelecer os elos das cadeias de valor dos diferentes produtos através da implantação de infra estruturas capazes de atender a produção do agronegócio. *A China desenvolve suas políticas públicas, nessa área, de forma secular. Em 2050 esse país terá o primeiro lugar na economia mundial. O aproveitamento dessa porção de áreas degradadas permitirá menor pressão humana sobre a Floresta Tropical e com isso manutenção dos estoques de carbono orgânico retidos na vegetação, ajudando nas ações de mitigação das mudanças climáticas e na manutenção dos estoques de água doce do planeta.*

- Inclusão social do trabalhador rural na atividade industrial através de atividades de extensão rural, com a utilização de maquinaria agrícola de grande porte para aumentar a produção a níveis de otimização do lucro para o trabalhador da terra;
- Impulso a construção civil com a geração de trabalho e renda com a realização de obras de recuperação dos ramais de produção para atender ao primeiro elo da cadeia de valor dos produtos do agronegócio. A ação produtiva demanda de ramais que possam ser transitados no inverno e no verão.

- Disponibilização de energia elétrica em todos os lares da população rural, incluso a bi-fásica, para a geração de motores utilizados no processamento a partir do segundo elo da cadeia de valor produtiva;
- Realização de parcerias com as instituições de pesquisa como a UFAC, que prepara profissionais aptos para atender a demanda técnica sugerida anteriormente, a EMBRAPA, o IFAC que prepara técnicos que vão fazer parte do organograma produtivo proposto.
- Incentivo as pesquisas e a produção científica no Acre, como em toda a Amazônia, de forma a aprimorar a produção ao longo do tempo. *Temos um ecossistema diferenciado do resto do Brasil e precisamos de modelos produtivos adaptados à realidade regional. Só a ciência acompanhando a produção rural pode oferecer essa opção;*
- Mudança da atuação preservacionista do Estado para uma política pública conservacionista, diminuindo sua atuação na economia local como empreendedor, deixando sua participação restrita na demanda de bens e na obtenção de recursos financeiros de longo prazo, com taxas e prazos que permitam a consolidação do agronegócio no Acre. *O Estado deve manter sua atuação na vigilância do direito privado e da manutenção dos estoques naturais desenvolvendo métodos de controle capazes de oferecer uma gestão*

*que possa ser chamada de Manejo Florestal Sustentável, termo definido pelas Nações Unidas como a principal ferramenta do Desenvolvimento Sustentável de uma região, principalmente na Amazônia;*

- Remodelação da máquina pública com a capacitação de funcionários concursados para atuar nessas tarefas e com isso diminuir a necessidade de cargos comissionados, evitando com isso uma grande despesa como é na atualidade;
- Estímulo a implantação de empresas de software, gestão de processos e *startups*;
- Implantação nos municípios e nos bairros de centros tecnológicos como canal para empregar jovens da periferia das cidades;
- Impulso a construção civil com a geração de trabalho e renda com a retomada das obras de saneamento básico e ambiental, em todos os municípios do estado, melhorando o ambiente para as populações urbanas e rurais.



PAZZ

N

O

**ACRE**

# SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA E COM INTELIGÊNCIA

O Acre, tornou-se o estado mais violento do Brasil. O Atlas da Violência 2018 produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelou que entre os anos de 2006 e 2016 a taxa de homicídio por 100 mil habitantes no Estado cresceu 93,2% e, entre os anos de 2011 e 2016, o crescimento foi de 102,3%. Para o mesmo período, a taxa nacional ficou em 14% e 10,5%, respectivamente.

A taxa de homicídios por 100 mil jovens, homens na faixa etária de 15- 29 anos de idade, foi de 163,7%. O número de homicídios por arma de fogo por entre os anos de 2006 e 2016 subiu 352%. O número de homicídios de mulheres também variou muito acima da média nacional, que foi de 15,3% para o intervalo 2006/2016 e de 0,5% de 2015/2016, ficando no Acre em 53,3% e 21,1% para o período em comento.

Em 2016, foram 368 assassinatos e, em 2017, foram 530 mortes violentas. Neste ano de 2018, até o dia 9 de julho, o Acre havia registrado 231 homicídios, conforme levantamento feito pelo Ministério Público Estadual que foi divulgado na imprensa local.

Os números são estarrecedores. Em quase to-

dos os levantamentos e comparações feitas pelos institutos de pesquisas e órgãos que acompanham a situação da violência, o Acre é destaque negativo.

O retrato da violência no Acre revela um estado injusto e segmentado. Os infratores possuem características em comum. No caso específico de homicídios o perfil homogêneo das vítimas: jovens, negros e pobres. Juntando às vítimas jovens temos a situação de crianças em estado de vulnerabilidade social, mulheres e idosos. A criminalidade é multifacetada e não será com medidas unicamente repressoras que se resolverá essa crise.

A realidade impõe a constatação de um verdadeiro cenário de guerra no Acre, que só tende a piorar com a combinação de diversos fatores relacionados à má administração: falta de integração; baixo investimento em inteligência, déficit no efetivo das policiais civil e militar; falta de condições de trabalho (alimentação, materiais básicos, sistema de informática) e equipamentos (viaturas, armamento, coletes e até fardamento).

Assim sendo, o Estado não consegue prestar um serviço de qualidade para socorrer o cidadão, dar assistência à família e demais prejudicados, prevenir e reprimir o crime e, ao contrário, acaba potencializando os efeitos da violência nas cidades, produzindo uma população prisional ingerenciável e gerando absoluta sensação de insegurança.

A segurança pública no Acre deve ser a prio-

ridade absoluta e irrestrita. A situação de descontrolo e caos na segurança pública no nosso Estado tem afastado investimentos e afetando a já combatida economia. As famílias já evitam sair de casa para restaurantes e estabelecimentos afins em razão da total insegurança.

Ao passo que a criminalidade e a violência alcançaram patamares aterrorizantes, os últimos gestores ignoraram a situação e deixaram de fazer o devido aumento dos investimentos na segurança pública o que, conseqüentemente, levou ao sucateamento dos órgãos de segurança.

Nossa disposição e concepção são diretamente contrárias, o investimento do nosso futuro governo será substancialmente aumentado. Não sere-mos negligentes com a segurança do nosso povo. É urgentíssima a necessidade de resgatar a confiança da sociedade nas instituições, e isso passa, sem dúvida, pelo o aumento dos investimentos no setor, de maneira que a polícia militar tenha condições de reprimir o crime, que a Polícia Civil possa exercer seu papel investigativo com eficiência, bem como os bombeiros possam desempenhar suas funções com qualidade.

Com as propostas a seguir também pretendemos criar programa de governo prioritário para redução da criminalidade, englobando ações articuladas e envolvendo todos os órgãos de segurança pública e demais Secretarias de Estado que possam colaborar com ações de caráter preventivo, es-

pecialmente no que se refere às ações destinadas aos jovens no âmbito da educação, esporte, lazer, cultura, geração de emprego e renda, entre outras;

### **Propostas para o eixo Segurança Pública Integrada e Inteligência:**

- Reformulação da forma de atuação das forças de segurança pública (polícias militar e civil e bombeiros), garantindo condições de trabalho e valorização dos profissionais da segurança, dando eficiência na resposta estatal e fornecendo atendimento eficiente ao cidadão;
- Integração das instituições de segurança pública para enfrentamento do crime;

*Muitos setores das instituições serão contempladas com mudança na rotina administrativa policial e judiciária. Proposta que está alinhada com a proposta de articulação e integração das instituições de segurança pública, fomentar o trabalho em conjunto das polícias civil e militar é passo importante para revigorar o aparelho estatal de justiça e de repressão ao crime.*

- Ampliação do quadro de pessoal em número adequado e com remuneração compatível, isto porque a redução no contingente não pode ser um problema dentro dos órgãos de segurança;
- Realização de investimentos na área de inte-



ligência pessoal. *Atuar contra organizações criminosas cada vez mais dinâmicas e ágeis sem um sistema de inteligência é inviável. A implementação de métodos e práticas afetos à tecnologia da informação contribuirá positivamente para o desenvolvimento da capacidade das corporações.*

- Melhoria da rede física, construindo ambientes sociais especializados e adequados à prestação dos serviços. *O usuário do serviço público, especialmente na área da segurança pública deve receber atendimento acolhedor, acomodado em local correto, ouvido e atendido por profissionais capacitados. Não se deve dar continuidade a procedimentos policiais burocráticos realizados em lugares insalubres, em ambientes que depõem contra a dignidade humana. Estrutura administrativa em boas condições físicas e sanitárias proporcionam bom sentimento;*
- Implementação de inovações na prestação dos serviços, por meio da construção de espaços particularizados, destinados ao melhor atendimento dos cidadãos e das vítimas, especialmente para a mulheres que sofrem de violências, crianças e idosos.
- Fortalecimento das ações de combate ao tráfico de drogas e as ações sociais de prevenção ao crime;
- Provisionamento e apoio a ações de segu-

rança comunitária; realização de fóruns regionais de Segurança Pública para discussão com a sociedade dos problemas locais de cada município ou comunidade;

- Criação do pós- atendimento para acompanhamento das vítimas, com atenção especial às mulheres e crianças vítimas de crimes violentos;
- Atuação junto as forças federais para que assumam seu papel constitucional de garantir a segurança da fronteira, procurando prevenir a entrada de armas e drogas no Estado.

# INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nosso governo parte da concepção geral de que os recursos para a CT&I são investimentos, não gastos, e precisam ter tratamento diferenciado, com imunidade a contingenciamento como manda a lei. Estabelecer uma política efetiva de fomento à ciência, tecnologia e inovação é essencial para o desenvolvimento do estado.

O modelo atual sofre de severa insuficiência financeira. Não consegue capacitar técnicos, nem resolver problemas sociais, urbanos, rurais e ambientais. Não contamos com um ecossistema de inovação, com parques tecnológicos, incubadoras de empresas, fundamentadas em parcerias entre universidades, empresas e o governo (tríplice hélice) nas esferas federal, estadual e municipal.

Não houve o estímulo ao desenvolvimento contínuo da cultura científica e tecnológica no Acre. A produção do conhecimento, em termos científicos é quase insignificante e não resulta em desenvolvimento socioeconômico sustentável para nosso estado.

É imperioso o apoio governamental ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, fazendo uso do novo marco legal da ciência, tecnologia e inova-

ção, institucionalizado por meio da lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e respectivo Decreto nº 9283 de 07 de fevereiro de 2018, fomentando parcerias com entre o setor produtivo de bens e serviços e as instituições de ensino e pesquisa, aproximando esses setores, visando estimular a incorporação do conhecimento produzido pela sociedade com o intuito de viabilizar soluções para nossos seus problemas cotidianos.

### **Propostas no Eixo Inovação, Ciência e Tecnologia:**

- Planejamento da CT&I como política de Estado e como política pública de longo prazo, integrada ao conjunto das políticas sociais;
- Fomento ao fortalecimento da educação superior por meio de ações que levem à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, privilegiando a integração acadêmica, com o envolvimento de discentes, pesquisadores, docentes e técnicos, juntamente com representantes da sociedade civil organizada, na discussão, elaboração de propostas que atendam às necessidades da população;
- Promoção da integração das estruturas educacionais fortalecendo as parcerias e convênios entre as escolas e as redes de ciência e tecnologia, incluindo os institutos e fundações de pesquisa, universidades e a rede da Embrapa;

- Fortalecimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre- FAPAC, através da concretização de mais parcerias também com o setor privado oferecendo contrapartidas, além do fortalecimento das parcerias com as instituições de amparo federais;
- Ampliação da oferta de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) e pesquisa para os estudantes acreanos em situação de vulnerabilidade econômica;
- Implantação do Programa de Bolsas de Fixação de Doutores com o objetivo de promover a permanência de doutores na atuação em projetos de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação nos programas de pós-graduação de instituições de ensino superior ou instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs);
- Ampliação do Programa de Iniciação Científica Júnior (ICJ) a nível estadual, cujo principal objetivo é despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino fundamental, médio e profissional da Rede Pública, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, orientadas por pesquisador qualificado, em instituições de ensino superior ou institutos/centros de pesquisas;
- Implantação de parque científico e tecnológico que atraia investimentos privados esta-



duais, nacionais e internacionais, fortalecendo a colaboração universidade-empresa;

- Lançamento de editais de auxílio à pesquisa para áreas estratégicas que busquem desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis em resposta a crises climáticas, alimentares e energéticas enfrentadas na região;
- Implantação de programa para estimular o empreendedorismo, fomentando a criação de empresas de bases tecnológicas (start'ups);
- Viabilização de projetos de pesquisa para inovações tecnológicas e para a sustentabilidade da agricultura e uso dos recursos florestais em benefício da sociedade acreana.

# SAÚDE PÚBLICA E BEM ESTAR

O Estado do Acre tem o desafio de melhorar a oferta de serviços públicos de saúde sem onerar de forma insustentável o orçamento público. Para isso, é preciso investir em instrumentos de gestão para garantir a eficiência do gasto público, da alocação de recursos médicos (equipamentos, remédios e suprimentos) e de pessoal.

A REDE Sustentabilidade propõe, portanto, a realização de um planejamento participativo anual com a participação de especialistas em epidemiologia, gestores municipais e entidades da sociedade civil para avaliar a efetividade da estratégia de gestão a nível estadual.

A crescente busca pela “UPA que funciona”, demonstra também a incapacidade atual do Governo do Estado em padronizar o nível de qualidade no atendimento ao usuário do Sistema Único de Saúde.

É preciso que existam critérios claros, metas estabelecidas e mecanismos de transparência onde existam dados para avaliar as principais limitações das Unidades de Pronto Atendimento. Usuário e gestor devem ter voz nestas avaliações, que prezem pelo alto desempenho e qualidade do atendimento.

Identificadas as insuficiências e suas causas é preciso investir em parcerias para superação destes problemas, contando com a participação das universidades, entidades filantrópicas e órgãos privados.

A REDE Sustentabilidade propõe a adoção de um conjunto de medidas baseadas em casos de sucesso existentes no Brasil, a saber: o modelo dos convênios entre hospitais públicos e privados, a expansão da cobertura de atenção básica através da definição georreferenciada de zonas de saúde, além de dar foco à implementação da Estratégia de Saúde da Família.

Mas a promoção da saúde vai além do acolhimento sequencial à doença. É dever do Governo do Estado assegurar a não-contaminação da população, destinando verbas à consolidação de uma rede pública de saneamento básico capaz de atender às demandas de áreas urbanas, e das comunidades rurais, indígenas e extrativistas com a implantação de fossas sépticas, e ainda, o saneamento ambiental com descontaminação de corpos d'água e ações na destinação de resíduos sólidos nos municípios.

### **Propostas do Eixo Saúde Pública e Bem-Estar:**

- Implantação de um sistema de gestão focado em resultados, planejamento conjunto entre esferas municipal e estadual ano-a-ano;

- Atenção continuada às unidades familiares e de atendimento básico, sendo estas distribuídas a partir de critérios geográficos e populacionais (zonas de saúde).
- Realização de planejamentos participativos anuais para avaliar a qualidade dos serviços de saúde do Estado;
- Implantação de um Sistema de Gestão de Resultados que avalie em separado as diversas variáveis envolvidas na experiência final do usuário: instalações, disponibilidade de médicos, qualidade do atendimento, tempo de espera nas filas, etc);
- Ampliação do quadro de pessoal com a contratação de clínicos gerais, enfermeiros e profissionais especializados em saúde da família para compor a Rede Estadual;
- Determinar como zonas prioritárias de atendimento os bairros de alta concentração das classes C e D;
- Ampliação do acesso da população acreana à rede de esgoto dos atuais 12,2% para 65% em 4 anos por meio de parcerias público-privadas ou investimentos prioritários em obras públicas de saneamento básico;
- Investimentos em saneamento ambiental, com obras de despoluição de cursos d'água e de igarapés e destinação de resíduos sólidos

dos em todos os municípios;



# EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Só por meio da educação iremos propiciar um Acre melhor, é preciso ofertar a nossa juventude igualdade de oportunidades, é preciso garantir não só o acesso, mas a permanência dos nossos jovens e crianças na sala de aula, com educação de qualidade.

O Acre, lamentavelmente, teve um crescimento de 352% no número de homicídios por arma de fogo entre os anos de 2006 e 2016. Os dados foram publicizados no Atlas da Violência 2018. Esse é o retrato da falta de oportunidades, é o retrato de um Estado que não priorizou disputar sua juventude pelo viés da educação e falhou, também em ofertar opções de desenvolvimento profissional para estes jovens.

O Acre se tornou o estado mais violento do país. Transformar a sociedade que temos é necessário. Salvar a nossa juventude, salvar o futuro é necessário. Nada tem tamanha capacidade de transformação como a educação.

A educação deve ser prioridade, principalmente, na prática institucional do governo. O pleno desenvolvimento das capacidades do acreano será prioridade com vistas que sua contribuição, criativa e inovadora, agregue valor à sociedade. A educa-

ção liberta, amplia horizontes, torna o homem mais humano e traz decência social onde todos possam conviver de forma adequada, com respeito e dignidade.

Dar as nossas crianças, desde a primeira infância, a possibilidade de se tornarem grandes homens de honra e de valor é proporcionar a educação. Com educação de qualidade com investimentos em creches e nas escolas em tempo integral, saltaremos do quadro crítico atual para igualdade de oportunidades, com justiça social, potencializando nossas crianças e jovens, garantindo um futuro promissor ao invés de serem assassinadas com arma na mão.

Somos capazes de mudar nossa realidade. Somos capazes de tornar nossa sociedade mais igual se tivermos o direito de estudar. Em toda história humana o acesso ao conhecimento foi o que modificou a realidade. E será atrás dela que faremos a transformação social que almejamos.

Há um marco legal importante aprovado recentemente, o Plano Estadual de Educação, que normatiza a política de educação no Acre, sendo preciso levantar a situação da política educacional, o que foi implantado e o que é preciso avançar.

Para obtenção de bons resultados é importante atuar na perspectiva das políticas de inclusão social, afirmativas e também, na formação social que garanta o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

Sustentabilidade é o coração, a visão e a uma das missões da REDE - é o seu nome próprio. A REDE formula 7 níveis de sustentabilidade - ambiental, social, cultural, ética, estética, econômica e política. Assim, as 7 dimensões da sustentabilidade que a Rede abraça estão permeadas pela capacidade de realização plena do indivíduo e da sociedade, aumentando assim nossa própria capacidade de afastar as formas de corrupção pessoal ou sistêmica.

Atuar, de igual forma, na qualidade de vida que passe pela prática de esportes, pela arte, cultura e lazer integrados às ações educacionais, são também pontos essenciais presentes neste Plano de Governo.

Um projeto com essas ideias, é desafiador, é futurista, é semeador e a colheita é obrigatória. Investir em educação é investir no homem, na vida, na sociedade. Garantir que nossos jovens tenham expectativa de futuro é nossa prioridade e só através da educação conseguiremos atingir esse objetivo.

### **Propostas do Eixo Educação e Sustentabilidade:**

- Ampliação do número de vagas nas escolas de Ensino Médio;
- Transformação das escolas do governo estadual nos próximos 4 anos em escolas de tempo integral;

- Realização de concurso público para contratação de professores e técnicos para atender a demanda reprimida das escolas em tempo integral;
- Ampliação, apoiando as prefeituras, as vagas em creche urbanas;
- Criação das creches rurais para atender as mães trabalhadoras rurais;
- Criação do calendário oficial de eventos culturais do estado, divulgando por diversos meios de comunicação para que a comunidade e os turistas possam prestigiar;
- Implementação do Projeto Caça Talentos, com potencialização de jovens atletas nas diversas modalidades esportivas;
- Reestruturação dos jogos escolares;
- Expansão do projeto casas de leituras;
- Promoção de eventos esportivos e de recreação para as pessoas da terceira idade;
- Criação de programas de ajuda de custo para atletas, em parceria com Ministério do Esporte;
- Implantação de Centros Poliesportivos de funcionamento permanente nas periferias;
- Implantação de ações de combate à desi-

gualdade salarial entre homens e mulheres;

- Ampliação do empreendedorismo feminino com políticas de acesso ao crédito e capacitação profissional;
- Transição para um sistema de licença parental que permita o compartilhamento dos cuidados dos filhos, sem prejuízo da licença maternidade;
- Ampliação das políticas de prevenção à violência contra a mulher;
- Implantação de ações de combate ao feminicídio;
- Qualificação da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência;
- Promoção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, apoiando os municípios na implementação dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos, programas de coleta seletiva e principalmente saneamento básico;
- Criação do Programa de Áreas Verdes Urbanas propondo parcerias entre o Poder Público e a comunidade para promover a criação, reforma e manutenção de áreas verdes públicas como parques, canteiros e jardins;
- Desenvolvimento do Programa Estadual de Arborização Urbana, destinado a promover



ações para implantação, gestão e conservação da arborização dos municípios do Acre junto as prefeituras, iniciativa privada e sociedade civil. A arborização em áreas urbanas é fator predominante para melhor qualidade de vida dos cidadãos e é a garantia de um ambiente ecologicamente equilibrado;

- Fortalecimento dos grupos de defesa civil estadual e municipais no combate às mudanças climáticas. Apoiando os municípios a implementarem planos de contingência e monitoramento de eventos climáticos extremos para a prevenção e mitigação dos impactos de desastres naturais como secas e alagamentos;
- Implementação de Programas e Projetos de Educação Ambiental nas escolas urbanas e rurais do Acre, tendo como principal objetivo instrumentalizar e auxiliar os professores e apoiadores no ensino da educação ambiental de forma transversal e multidisciplinar nas escolas ou na educação não formal;
- Fortalecimento das atividades do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a fim de viabilizar a validação dos dados cadastrados das propriedades e posses rurais do Estado do Acre. Apoiando a definição de metas concretas para o sucesso do Programa de Regularização Ambiental (PRA), ponto fundamental para recuperação de Áreas de Preservação

Permanentes e Reservas Legais das propriedades e posses rurais do Estado;

- Promoção da ampliação das práticas de Agricultura de Baixo Carbono com auxílio das instituições de pesquisa, assistência técnica e sociedade civil. Através da capacitação e transferência de tecnologia para os produtores rurais, expandindo a assistência técnica de base agroecológica nas comunidades rurais;
- Fortalecer as autarquias como Instituto de Meio Ambiente do Acre e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, responsáveis pela fiscalização e gestão dos recursos naturais. Entre as principais metas estarão os investimentos na contratação de recursos humanos e infraestrutura adequada para atendimento das demandas na capital e no interior;
- Recriação da Secretaria de Estado de Floresta (SEF) tendo em vista a importância do desenvolvimento do setor florestal do Acre. Esta secretaria de grande importância para o Estado é responsável pela elaboração e implementação da política de desenvolvimento e de incentivos para o setor florestal, o que abrange, entre outros, o estabelecimento e a gestão de florestas estaduais – unidades de conservação de uso sustentável, conforme estabelece a Lei Estadual nº 1.426/01 (Lei Florestal);

- Aumento da competitividade do setor florestal estadual em mercados nacionais e internacionais, investindo em capacitação e certificação dos produtos de origem florestal, gerando emprego e renda e fortalecendo a equidade social, associados à conservação das florestas;
- Criação de uma política de incentivos fiscais para as empresas que diminuam suas emissões de gases de efeito estufa como também a boa gestão de seus resíduos sólidos em seus processos de produção e comercialização;
- Estímulo ao ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável, mobilizando vários atores sociais e governamentais para viabilizar um Programa Estadual de Ecoturismo a fim de gerar oportunidade de negócios capazes de conciliar desenvolvimento econômico e social com respeito ao meio ambiente;
- Apoio as ações de manejo florestal comunitário de uso múltiplo como uma estratégia de uso e conservação da floresta provendo assistência técnica especializada para acompanhar desde o inventário até a execução das atividades;
- Fortalecimento da gestão de Áreas Protegidas incluindo Unidades de Conservação e Terras Indígenas em cooperação com gover-

no federal, órgãos estaduais e instituições privadas e a sociedade civil, de forma a otimizar os recursos necessários para a gestão e manutenção das Unidades de Conservação e Terras Indígenas e a promoção do desenvolvimento sustentável;

- Fomento as cadeias produtivas sustentáveis, de produtos agrícolas e florestais, investindo em melhoria da qualidade dos produtos, capacitações em boas práticas, articulação entre comprador e vendedor, buscando novos mercados e condições justas para garantir escoamento da produção;
- 
- Reestruturação do Plano Estadual de Recursos Hídricos retomando a Rede de Monitoramento de Qualidade da Água dos principais rios e mananciais do estado, além do monitoramento de eventos hidrológicos críticos e do Programa de Conservação e Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares da Bacia do Rio Acre;
- Estímulo ao uso sustentável de nossos recursos naturais, por meio editais de pesquisa e linhas de financiamento a novos negócios voltados ao aproveitamento da biodiversidade local.

# LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISE

*Rompendo com o paradigma de exclusão feminina na ocupação dos espaços de protagonismo, a Rede se conecta com a realidade das mulheres acreanas e lança a primeira mulher candidata ao governo do Estado do Acre, uma mulher, mãe, professora, vereadora que sabe das necessidades das acreanas e dos acreanos.*

*No que se refere à participação das mulheres nas esferas de poder, para promover a equidade e promoção de igualdade, o nosso programa de governo terá cuidado especial para não cometer o erro tradicional de excluir a mulher nos processos decisórios da alta gestão.*

*A participação das mulheres na tomada de decisões e na política será formatada no governo da Rede, buscando atingir o equilíbrio e paridade de gênero.*

*Nas demais áreas, seguindo o conceito da teoria interseccional entre direitos de mulheres e os demais temas, como proteção à família, segurança pública, saúde, emprego renda, educação e empreendedorismo feminino, será assegurado atendimento digno em todos órgãos da administração.*

*No âmbito da participação e empoderamento*

*feminino, as ações governamentais serão realizadas com base em programas e projetos que busquem estabelecer parcerias com as várias áreas da sociedade civil desenvolvidos por elas e para elas.*

*Neste contexto, da necessidade de ampliação da participação da mulher na política, especialmente no estado do Acre, nasceu a primeira candidatura feminina da história acreana ao governo. A candidatura de Janaína Furtado representa, na prática, a coragem e a ousadia necessárias a realização desse propósito.*

*O direito das mulheres é uma das maiores prioridades da nossa candidata à Presidência da República Marina Silva no plano nacional. No plano estadual, o nosso programa está totalmente alinhado.*

*O direito das mulheres é uma das maiores prioridades da nossa candidata à Presidência da República Marina Silva no plano nacional. No plano estadual, o nosso programa está totalmente alinhado.*

Assim sendo, **nossos compromissos com as mulheres:**

- Combater a desigualdade salarial entre homens e mulheres;
- Ampliar o empreendedorismo feminino com políticas de acesso ao crédito e capacitação profissional;
- Incentivar a criação de creches em tempo in-



tegral para atender a necessidade das mães trabalhadoras urbanas e rurais;

- Transição para um sistema de licença parental que permita o compartilhamento dos cuidados dos filhos, sem prejuízo da licença maternidade;
- Ampliar as políticas de prevenção à violência contra a mulher;
- Combater o feminicídio;
- Qualificar a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência;

**O FUTURO**

**QUE NÓS**

**QUEREMOS**

**JANAINA**

**GOVERNADORA**

# 2018

# CHEGOU



**REDE18**  
SUSTENTABILIDADE